



Desenvolvimento regional: uma resposta (des)igual aos desafios complexos da África Austral (SADC) perante a uma política inclusiva

Autor: Paulo Vica

paulo.vica23@hotmail.com

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-23051

Resumo

O presente trabalho teve como objectivo avaliar o papel da SADC — alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral — à luz das narrativas do desenvolvimento regional, promovendo um desenvolvimento menos desigual dos Estados-membros. Para o efeito recorreu-se ao CV (Coeficiente de Variação), mensurando os principais indicadores económicos e sociais, nesta área de saber, como proxy para avaliar, quão homogénea ou heterogénea foi a região da SADC no período de 2002–2021. A pesquisa observou que, embora, a SADC se configure como uma supra-região, e possui planos que apontam para algumas abordagens de desenvolvimento regional, porém, a sua materialização tem sido bastante desigual ($CV_{PIB \text{ per capita}} = 134,14\%$), lenta e complexa, o que influencia de modo negativo o cumprimento de metas definidas nos seus planos estratégicos.

Palavras-chave: Região, desenvolvimento regional, SADC.

1 Introdução

A complexidade em volta do desenvolvimento regional da África Austral, SADC, passa necessariamente pela vontade expressa dos seus actores, mediante aperfeiçoamento de um conjunto de políticas inclusivas do fórum económico e social, que visa assegurar os direitos e liberdades fundamentais dos seus cidadãos, num exercício democrático deste processo. Deste modo, permitirá que a adopção de uma política regional inclusiva ganhe maior dimensão e abrangência sobre as preocupações e mecanismos de intervenção dos problemas adversos que afligem o continente, em geral, e da África Austral e SADC, em particular, visando promover e assegurar a participação de todos os Estados-membros num processo de desenvolvimento regional menos desigual.

Uma política inclusiva no âmbito do desenvolvimento regional visa assegurar um crescimento mais plural e equitativo, fazendo que sociedades, pertencentes à mesma delimitação geográfica e/ou político-administrativa, não se distanciem de forma gritante, quando comparados determinados indicadores, sejam económicos (taxa de crescimento da economia, PIB *per capita*, salários mínimos, níveis de investimentos, estrutura industrial, participação das exportações no PIB) ou sociais (acesso à educação, à saúde, à habitação, a um emprego condigno, entre outros). Algumas narrativas “desenvolvimentistas” reiteram que países e/ou regiões que apresentam PIB *per capita* equiparados tendem a mostrar menor desigualdade. Todavia, ainda que especulativas, as condições socioeconómicas na região da África Austral, SADC, particularmente, e em África, no geral, têm divergido consideravelmente, dentro e fora das suas fronteiras, em detrimento de um conjunto de factores, históricos, político-militares, económicos e sociais, ou seja, trata-se de um problema conjuntural e estrutural, que se atrelou a estes factores, o que

poderá comprometer os objectivos desta comunidade económica regional, previstos no seu Plano Estratégico 2020–2030, bem como nos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para 2030, subscritos pelos Estados-membros junto da ONU (2015).

Um desenvolvimento regional menos desigual na SADC visa comprometer os Estados-membros face aos objectivos (2020–2030) assumidos por eles, apostando em políticas económicas estruturantes que dinamizam a região, diminuindo massivamente as exportações de insumos ou bens intermédios de sectores produtivos altamente dinâmicos, que alimentam as indústrias asiáticas, europeias e norte-americanas com produtos de elevado teor tecnológico complexos. A criação de um mercado comum forte visa facilitar as trocas comerciais na região, principalmente de bens alimentares e tecnológicos, cuja capacidade produtiva se revela vantajosa, e de um banco regional, com políticas económicas inclusivas, que fosse capaz de financiar projectos industriais de grandes dimensões, cuja dinamização se estenderia para outros sectores, sobretudo ao do turismo, já que a região possui um grande potencial, desde a fauna e da flora.

Deste prisma, a região se tornaria muito mais próspera e resiliente do que é hoje, caminhando com mesmo ímpeto e em direcção a algumas economias do Leste Asiático e da América Latina, pulando etapas, já galgadas por estas. Esta política feita ao longo do corredor da região da SADC traria maior dinamismo nas zonas recônditas de cada membro, enxugando as fragmentações das capitais e/ou cidades em relação aos municípios e/ou periferias, dado o avanço das infra-estruturas ligando as cidades e os campos, o que permitiria um maior escoamento de produtos e acesso aos serviços públicos e privados locais, e reduzindo deste modo as desigualdades.

O não comprometimento das políticas económicas e dos programas sociais dos seus membros¹ tornam os vários acordos rubricados numa mera formalidade. Deste modo compromete-se o desenvolvimento da região, que se perpetua ao longo dos anos, sendo extensivo para o continente, evidenciando vários movimentos migratórios para dentro e para fora de capitais e de quadros, o que torna o problema ainda mais complexo.

Esta narrativa encontra acolhimento no trabalho desenvolvido por Albert O. Hirschman — “Estratégia do Desenvolvimento Económico” — fazendo a narrativa de que:

Nos países subdesenvolvidos são visíveis a resistência a certos aspectos típicos do processo de desenvolvimento não encontrar, muitas vezes, uma expressão intelectual equivalente. [...] é comum nos países subdesenvolvidos os governos criarem resistência, em criarem prioridades em mantê-las de um modo constante (HIRSCHMAN, 1961:29).

Concretamente, a “(des)complexidade” das economias africanas, conforme já referenciado, passa por uma reflexão profunda, por indivíduos de relevado conhecimento, revestido de valores éticos, despidos de quaisquer crenças infundadas e de grande dimensão humana, capazes de perceber que os problemas da África são em parte os maus acordos e influências externas, levando o continente a assumir agendas cujo foco não é o africano, mas que passa pelo investimento em capital humano, protecção das indústrias nacionais, consolidação da democracia e restabelecimento da paz, visando estimular as regiões subnacionais, e posteriormente as nacionais, alargando assim os efeitos a toda região (SADC).

Todavia, a preocupação deste trabalho é caracterizar as particularidades de (des)igualdade socioeconómica na influente região da SADC. Desta perspectiva, ainda que arriscado, propõe-se apresentar alguns indicadores de (des)igualdade social e económica entre os Estados-membros. O trabalho compreende cinco secções, incluindo a parte introdutória e a conclusão. Na primeira secção faz-se uma reflexão acerca dos factores que imperam o progresso da SADC. A segunda secção, parte de uma narrativa não crítica na visão de alguns autores, fluentes em torno do desenvolvimento regional, tentado interligar seus pontos em comum com a comunidade económica regional em análise. A terceira secção faz uma caracterização da SADC, objectivo, desafios e perspectivas até 2030. A quarta secção mede os dados no período de 2002–2021 acerca de como evoluíram os Estados-membros. A metodologia

1 Diante de outras agendas fora da região, intensivas trocas comerciais com países externos, inclusive em bens cuja capacidade produtiva do Estado-membro se revela vantajosa.

usada para a caracterização da estatística descritiva, foi o Coeficiente de Variação, uma medida de variabilidade.

2 Desenvolvimento Regional — uma abordagem reflexiva

No desígnio de melhor compreender as peripécias políticas, económicas e sociais que subjagam esta região, faremos uma incursão dialéctica sobre algumas abordagens que reforçam o debate em torno das teorias de desenvolvimento regional, cuja compreensão conceptual é bastante plural e dinâmica, de um lado. Entretanto, a intenção desta secção é a busca de pontos convergentes, que sustentem nos dias de hoje as suas teorias, a fim de os interligar com o objectivo da secção.

Discorrer sobre o desenvolvimento regional implica necessariamente gravitar em torno de questões bastante polissémicas, tais como região, desenvolvimento económico, desigualdade, entre outras que o circunscrevem, baseadas nas suas teorias. À primeira vista, não parece ser uma tarefa simples e fácil, face a perspectiva de investigação dos seus autores em torno do mesmo assunto. Partindo desta limitação, recorreu-se a uma literatura específica, mais próxima dos objectivos do tema, visando uma melhor compreensão dos fenómenos do desenvolvimento regional. Recorremos às perspectivas de alguns autores — da década de 1930 até à contemporaneidade —, que julgámos servir de diálogo para interligar narrativas, desafiadoras acerca da região da África Austral (SADC); e nesta tentativa desafiadora buscou-se suporte teórico-conceitual entre as narrativas de alguns autores, como Hirschman (1961), Myrdal (1972), Perroux (1977), Santos (1996), Scotter e Storper (2003), Martin et al. (2016) e Haesbaert (2019), sem descartar outras como “delimitação” deste vasto repertório, o que permitiu uma maior robustez e melhor compreensão sobre o debate das teorias do desenvolvimento regional.

A discussão em torno do desenvolvimento regional, numa perspectiva económica, busca explicar os factores que dinamizam o seu crescimento, com repercussões em dimensões qualitativas, PIB *per capita*, emprego condigno, acesso à saúde, educação, entre outros. Simultaneamente, este crescimento deve ser observado transformando os valores comportamentais de uma sociedade como sendo indispensáveis à consolidação deste processo.

Assim, o desenvolvimento, sob o nosso entendimento, é a capacidade de uma região usufruir dos benefícios sociais gerados pela dinamização das actividades produtivas, elevando deste modo o PIB *per capita* e de outros indicadores socioeconómicos elegíveis, diferenciando-se entre as regiões. Embora este processo possa ser explicado pela economia, contudo, não se limita a ela, conforme Schumpeter, confirmado em Côrrea et al. (2019):

“[...] não é um fenómeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as suas causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fa[c]tos que são descritos pela teoria económica.”

As questões do desenvolvimento transcendem as questões meramente económicas, sendo mais do que simples factos numéricos (quantitativos).

Fazer uma abordagem do desenvolvimento numa perspectiva económica, dissociada da região (cidade, centro, periferia ou país), é quase impossível, mas estas abordagens ressurgem na década de 1930, e ainda com mais intensidade na de 1950. O diálogo do desenvolvimento regional tem merecido cada vez mais atenção e discussões, entres os vários autores da contemporaneidade, face às sucessivas múltiplas crises — 2008, 2014 e 2019 —, tendo este último ano, com a crise pandémica, agravado ainda mais às discrepâncias sociais entres as regiões.

O conceito de região no âmbito do desenvolvimento, sob a perspectiva económica, é caracterizado por um conjunto de actividades (produção, distribuição, consumo e troca) homogéneas dentro dos limites fronteiriços definidos. A prática das actividades económicas tende a ser diferente entre as regiões; e a diferença é ainda mais acentuada entres os países de regiões diferentes, o que denota que as regiões apresentam características próprias (Santos, 1996 e Haesbaert, 2019).

Nas discussões de Santos (1996) — “O lugar: encontrando o futuro” —, buscou-se compreender a sua narrativa sobre região enquanto termo dinâmico, que evoluiu ao longo do tempo, um conceito bastante pessoal, baseada nas perspectivas dos seus investigadores, filósofos, historiadores, geógrafos e economistas. O autor considera região como sendo:

“um [sub-espço] longamente elaborado, uma construção estável. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fa[c]to de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (Santos, 1996:35).

Para o autor, uma região apresenta características próprias, que o tornam um sub-espço onde se desenvolvem actividades produtivas não heterogéneas ou complementares.

A economia, enquanto ciência social, busca suporte de outras ciências, seja do mesmo dogma ou de dogma diferente, para melhor explicar determinados fenómenos, pese embora, em certos casos, alguns autores desvirtuem o foco principal (produção, distribuição, troca e consumo).

Embora a economia tenha sido a ciência que mais dialogou com a geografia, no intuito de explicar o conceito de região, o seu debate é contínuo. Trata-se de um “arte-facto”, do qual se pressupõe uma metodologia própria que atende a pesquisa do seu investigador (HAESBAERT, 2019).

A região é tida como um elemento crucial no processo do crescimento económico, que o torna desafiador. É quase indissociável de uma narrativa sobre desenvolvimento, segundo Scott e Stoper (2003), sem, porém, considerar o papel crucial das cidades e regiões. As regiões jogam um papel preponderante na consolidação do crescimento económico, que implicaria na necessidade de uma política de desenvolvimento.

A vasta literatura económica indica que o debate em torno do crescimento económico foi sempre uma preocupação, precedendo a década de 1930. Todavia, se intensificou neste período, através de alguns estudiosos, Keynes, Harrod, Domar, Solow, Kaldor e Kalecki, fazendo jus a que o crescimento constante das economias conduzisse ao desenvolvimento económico. De acordo com Kerman (1996), a abordagem do desenvolvimento, no âmbito da economia enquanto ciência, é bastante antiga, precedendo a década de 1930 (Corrêa et al., 2019).

A discussão em torno da problemática do desenvolvimento desigual ganhou ainda mais adeptos na década de 1950 (Lewis, Hirschman, Prebisch, Kuznets, Perroux, Myrdal). No período contemporâneo, estes debates fazem cada vez mais parte de agendas institucionais (UE, CEPAL, CEA, APEC, UA e SADC).

Corrêa et al. (2019) identificou em Furtado (1975) que o desenvolvimento económico é um estado material de vida mais amplo definido por uma sociedade, mediante uma escala de valores, equilibrado por forças internas. Embora o processo de mudança e desenvolvimento, seja dinâmico, o facto é que este dinamismo não ocorre de forma igual, e muito menos na mesma intensidade, face a um conjunto de adversidades intrínsecas e/ou extrínsecas da região.

O desenvolvimento regional, com viés económico, consiste na adopção de um conjunto de estratégias políticas — medidas — que conduzam ao rápido e contínuo crescimento da economia, com o intuito de melhorar os aspectos determinantes da região.

As regiões apresentam particularidades específicas que carecem de intervenções políticas e regionais direccionadas.

Segundo Hirschman (1961), “o progresso económico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo e que, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovem a concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais” (HIRSCHMAN, 1961:282).

Para o autor, esta forma desigual como ocorre o progresso económico é um processo normal, dado que os sectores dinâmicos de uma economia não estão são equiparáveis, num primeiro momento, gerando desajustes de suprimentos. Este é o processo pelo qual ocorre o desenvolvimento, os sectores-principais de uma indústria comunicam aos sectores-satélites de outra indústria.

A abordagem de Hirschman vai ao encontro, em parte, da narrativa de François Perroux (1955) — através da teoria de crescimento dos pólos —, que reitera que o crescimento económico não ocorre ao mesmo tempo e de forma igual numa região, promovendo o surgimento de concentrações regionais (Polo), o que resultaria num desenvolvimento regional desequilibrado, impulsionado por uma indústria motriz (Benitez, 2003).

Deste ponto de vista, Perroux vê com preocupação as discrepâncias económicas e sociais numa região, cujos efeitos são negativos para aquelas cidades ou zonas cuja demanda fosse suprida pela oferta da zona mais desenvolvida ou concentrada, o que comprometeria o desenvolvimento da zona menos concentrada.

Hirschman (1961) assegura que, através destas acções direccionadas — iniciativas empreendedoras, públicas ou privadas — em sectores estratégicos que promovam impactos positivos sobre o fluxo de rendimento, se propiciam condições para o desenvolvimento regional. Para o autor, o processo do desenvolvimento económico não ocorre somente com a educação e capital, mas também pela combinação eficiente do processo.

Para Arend e Orłowski (2010), o desenvolvimento regional, enquanto processo, visa alcançar transformações impactantes de ordem política, económica e social através de iniciativas, públicas e privadas, desde a região. Este argumento encontra fundamento em Becker (2002).

Myrdal (1960), que, ao investigar os problemas das desigualdades entre pessoas e países e/ou regiões — através do princípio de “causação” circular e acumulativa —, recorreu a um modelo explanatório para ilustrar que uma região deve buscar mecanismos — intervenção de políticas públicas — no sentido de mitigar as discrepâncias entre regiões ou países, no âmbito do desenvolvimento. Caso não o faça, esta região certamente perpetuará e agravará os seus problemas ao longo do tempo, o que é corroborado pela analogia evidente: “um país é pobre, porque é pobre” (Myrdal, 1960:27).

Convergindo nesta abordagem, Hirschman (1961) considera determinante a dotação de uma política pública, como forma de reduzir as desigualdades económicas e sociais das zonas atrasadas. Esta política se processaria por meio de “dotação regional” sob a forma de investimentos públicos direccionados para estas regiões.

O pensamento pelo qual aponta para uma intervenção pública como mecanismo de estimular e/ou dinamizar a economia com vista à redução das desigualdades socio-económicas, encontra o seu arcabouço no trabalho desenvolvido pelo economista John M. Keynes — A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936).

Deste prisma, os autores convergem sobre o papel preponderante do governo e/ou Estado, criando políticas que estimulam o crescimento da economia, dando uma atenção mais específica sobre determinados fenómenos económicos.

Comummente, um crescimento desequilibrado e/ou desigual das regiões e/ou países, estimularia o êxodo de capital humano e capital financeiro, o que agravaria ainda mais discrepância das desigualdades entre as regiões e/ou países. Conforme enfatiza Myrdal (1960), “A perda de pessoal qualificado e outros fa[c]tores escassos tendem a tornar as regiões mais empobrecidas ainda, fruto do desenvolvimento desigual das regiões, polarizadas e atrasadas”².

Assim, os problemas que gravitam em torno do desenvolvimento regional transcendem questões meramente económicas (inflação, desequilíbrios no balanço de pagamentos, taxas de desemprego, riscos cambiais, juros, tamanho dos mercados, produção e produtividade) revistas pelas diversas teorias económicas. Myrdal (1960) e Hirschman (1961) consideram de forma implícita que as teorias económicas não revalidam os factores não económicos — baixo nível de escolaridade e habilidades, ausência significativas de infra-estruturas, a herança colonial, elevado êxodo, pouca consistência nos planos nacionais e dificuldade em manter constante as prioridades, entre outros —, pese embora se torne difícil dissociar o desenvolvimento regional das questões económicas.

2 Referenciado pela Revista de Ciências Sociais (1982) do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

3 SADC, uma região emergente (em África): quão complexa é?

O continente africano apresenta uma extensão territorial de 30.370.000 km², limitado a norte pelo mar Mediterrâneo, a nordeste pelo mar Vermelho, a sudeste e oeste pelos oceanos Índico e Atlântico. Apresenta clima maioritariamente tropical e subártico. Fazem parte deste vasto território 54 países com Estados soberanos. Um continente multifacetado: culturalmente, além das línguas locais, herdou a língua das antigas colónias, formando grupos de países anglo-saxónicos, francófonos e lusófonos. O processo de descolonização ocorreu a partir do final do século XIX, e massivamente entre 1960 até 1975.

Em 1963, cria-se a Organização da Unidade Africana (OUA) em Adis Abeba (Etiópia), tendo como objectivo central defender a integridade regional e independência dos países africanos, assim como defender os interesses políticos, sociais e económicos dos Estados-membros e de outros povos e Estados ainda sob o jugo colonial. Em 2002, esta organização política daria lugar à Organização Africana (UA), mantendo os objectivos da anterior organização: promover o crescimento e o desenvolvimento económico da África, defendendo a inclusão do cidadão e o aumento da cooperação e integração dos Estados africanos. Dada a extensão territorial e as particularidades e aspectos homogéneos das regiões de África, são criadas oito comunidades económicas regionais, na intenção de dinamizar o processo de desenvolvimento dos povos de África, mormente União do Magrebe Árabe (UMA), Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados do Sahel –Saharan (CEN–SAD), Comunidade da África Oriental (CEAC), Comunidade Económica do Centro Estados Africanos (ECCAS), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) surge como resultado da assinatura da declaração e tratado, rubricado a 17 de Agosto de 1992, na Cimeira realizada em Windhoek, na Namíbia, transformando a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem como objectivos principais: alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar socialmente os desfavorecidos através da integração regional. Esses objectivos devem ser alcançados por meio de maior integração regional, baseada em princípios democráticos e num desenvolvimento equitativo e sustentável (SADC, 2014).

A SADC está localizada a sul do continente africano. Actualmente fazem parte desta comunidade dezasseis países, mormente Angola, África do Sul, Botswana, Comores, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, República Unida Tanzânia, Seychelles, Zâmbia e Zimbabué. Na região circunscrevem-se dois importantes oceanos estratégicos, Atlântico (oeste) e Índico (este), na arena da geopolítica internacional, sobretudo, servindo de rotas comerciais importantes e militares, que atendem os interesses da África, em geral, e da SADC, em específico, ligando os restantes continentes.

Embora, tida como promissora em face do seu potencial em recursos naturais e localização privilegiada no âmbito da geopolítica mundial, a economia desta região não tem sabido lidar com determinadas adversidades internacionais e locais, conforme evidência a tabela abaixo antes e pós-covid-19 (2019 a 2021), comparativamente com as demais regiões africanas.

Tabela n.º 1 – Crescimento regional do PIB (%)

Regiões de África	2019	2020	2021
África Central	3,2	-0,5	3,4
África Oriental	5	1,5	4,8
Norte de África	4,1	-1,3	11,7
África Austral (*)	0,7	-0,6	4,2
África Ocidental	3,7	-0,6	4,3
ÁFRICA	-	-1,6	6,9

* Fazendo referência à SADC em 2018

Fonte: Adaptado de BAD e SADC — Plano Estratégico (2020–2030).

A situação referida é, em parte, bastante influenciada pela situação com a qual alguns Estados-membros, com bastante influencia na região, têm estado a lidar, nomeadamente com adversidades locais: conflitos militares (República Democrática do Congo); queda abrupta da economia face à fraca diversificação económica e alto índice de corrupção (Angola); instabilidade do mercado fruto de denúncias de envolvimento de altos dirigentes do aparelho do governo em escândalos (África do Sul); crise alimentar causada por mudanças climáticas severas (Madagáscar); políticas económicas bastantes fragilizadas, em parte devido a uma passagem de pasta presidencial mal arquitetada, gerando altas taxas de inflação e de desemprego (Zimbabué); conflitos políticos associados a intolerância religiosa, descambando em ataques terroristas em certas zonas (Moçambique). Juntos, os países que lamentavelmente ainda enfrentam estas adversidades, representam cerca de 21% do PIB de África, no período em análise.

O relatório anual de 2012–2013 da SADC indicava que a região enfrentava graves crises:

“A Região continua a enfrentar imensos desafios nos sectores alimentar e da agricultura. Referimo-nos a problemas tais como a escassez de alimentos, a fraca produção e a queda no rendimento da produção agrícola, a degradação dos solos e o uso insustentável de alguns dos recursos naturais da Região. Para fazer face a estes desafios, o Secretariado continuou a reforçar a sua capacidade em matéria de facilitação da implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e da Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar” (SADC, 2014).

No período de 2008–2009, segundo o relatório anual (2012–2013) da SADC (2013), indicou-se que a situação económica não registou melhoria:

“O ritmo de recuperação depois da crise financeira e económica mundial de 2008–2009 tem sido afectado adversamente pela deterioração do desempenho económico mundial, cuja taxa de crescimento desacelerou, tendo passado de 3,9% registada em 2011 para 3,2% em 2012”.

O desempenho económico da região da SADC é baseado na economia mundial, tendo como referências as economias da Zona Euro, dos países em desenvolvimento asiáticos, dos EUA e/ou dos mercados de bens primários. A região teve um desempenho económico insatisfatório, dado que a taxa média de crescimento decresceu de 5,3%, em 2011, para 4,4%, em 2012.

Todavia, apesar de algumas conquistas neste período (2012–2013), centradas na criação e aprovação de programas e instrumentos, mormente Política-Quadro Regional sobre o Ensino Aberto e à Distância, conclusão do Protocolo sobre Emprego e Trabalho da SADC e aprovação do Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho da SADC, a região ainda é fortemente consumida por inúmeras adversidades (SADC, 2014).

4 Metodologia

A presente pesquisa buscou avaliar o papel interventivo desta comunidade económica regional diante dos vários desafios endógenos e exógenos, pelos quais esta região tem sido influenciada desde a sua constituição. A partir das abordagens revisitadas em parágrafos anteriores, em torno do conceito de região, percebemos que este é muito difuso, passando muito pela definição da metodologia do autor da

pesquisa. Nesta perspectiva, é bastante influenciada por distintas áreas do saber (sociologia, história, geografia e economia), o que pode ser um viés. No entanto, existem alguns pontos convergentes, como de que o processo de desenvolvimento regional é dinâmico e desigual até um certo momento, sendo possível, por meio de políticas públicas, alcançar um desenvolvimento mais homogéneo (menos desigual) da região.

Para a captar esta informação — (des)igualdade, na região da SADC ao longo dos seus vinte anos (2002–2021)³ —, nomeadamente de como tem sido a evolução dos Estados-membros, recorreu-se ao Coeficiente de Variação (Cv).

O Cv é uma medida de variabilidade, ou seja, de dispersão e de acordo com Shah e Shankar (2003), sendo uma das medidas de igualdade regional mais utilizadas na literatura sobre desenvolvimento regional. O coeficiente de variação é expresso em números relativos, podendo apresentar a seguinte variabilidade:

$$Cv = \frac{\sqrt{\frac{\sum (y_i - \bar{Y})^2}{N}}}{\bar{Y}}$$

y_i = dados individuais, neste caso de cada Estado-membro da SADC;

\bar{Y} = média da região, neste caso da SADC;

N = total dos indivíduos, neste caso, membros da SADC.

Reaproveitando a classificação de Pimentel e Gomes (1985), $Cv \leq 10$ baixo; $10 < Cv \leq 20$ médio (normal); $20 < Cv \leq 30$ altos; $Cv \geq 30$ muito alto. Consideraríamos que uma região é bastante desigual quanto mais o valor do Cv exceder 20%.

As variáveis analisadas foram: o PIB (a preços constantes, medido em dólares americanos), que capta a capacidade a produção do país; o PIB *per capita* (a preços constantes, medido em dólares americanos), que é o valor médio agregado por indivíduo, sendo tido como o melhor indicador para medir a pobreza de uma região e para avaliar a performance de políticas públicas de um Governo; a exportação de mercadorias (medida em dólares americanos), que visa captar a resiliência entre os Estados-membros, em termos de produção e do quanto captam de receitas vindas do exterior; o stock da dívida externa (a preços correntes, medido em dólares americanos), que indicará quanto a economia é dependente de fluxos de capitais externos — quanto menor for o seu valor menor a necessidade de capitais externos; a esperança de vida à nascença, que visa captar a longevidade dos seus cidadãos — quanto mais alta for, maior é qualidade de vida; a população urbana, que vai captar um maior poder de compra e de consumo, acesso a água potável, electricidade e saneamento; o tempo (em dias) para obtenção de electricidade ao domicílio, que capta a capacidade de industrialização da região e acesso as novas tecnologias.

5 A SADC se perpetuará na causalidade circular (des)acumulativa ou longe desta realidade? (Análise e discussão dos dados.)

As múltiplas crises (2008–2009, 2014 e 2019) que o mundo vivenciou nos últimos 15 anos têm agravado cada vez mais as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os países da mesma tipologia, quando comparados.

Segundo Martin (2016), as crises têm repercussões negativas na região, “as recessões são de natureza nitidamente negativa, envolvendo a contracção da actividade económica (produção), o possível fechamento de empresas e uma queda no emprego (devido à cessação de novas contratações e aumento de demissões ou redundâncias)”.

A recente crise da pandemia covid-19 mostrou quão frágeis são as economias destas regiões, iludidas muitas vezes de políticas inclusivas. Os efeitos negativos desta crise foram bastante acentuados, o que agravou ainda mais as desigualdades entre o centro e a periferia, e entre eles por todo o mundo.

3 Base de dados extraída do Banco Mundial (BM).

Nesta parte da pesquisa, nos propusemos analisar a evolução de alguns indicadores económicos e sociais dos Estados-membros da região da SADC. Ou seja, como os Estados-membros se comportaram ao longo dos vinte anos: se houve convergência ou divergência, maior desigualdade ou se se reduziram as desigualdades? Estas questões visam avaliar o papel da SADC, enquanto comunidade económica regional, na prossecução dos seus objectivos, no que toca a concretização da “política inclusiva”, assinada no plano estratégico de 2015–2020 e reforçada no actual plano estratégico regional de 2020–2030, sobretudo do terceiro pilar, desenvolvimento do capital social e humano, com a frase “que ninguém fique para trás”.

5.1 Análise dos Indicadores socioeconómicos (2002–2021) dos países-membros⁴:

Tabela n.º 2 – Análise descritiva dos Estados-membros

Variáveis	Obs	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
PIB	320	32 818 083 939,42	74 852 800 270,77	675 658 573,54	359 517 584 766,97
PIB <i>per capita</i>	320	3202	4 250,45	188	14 653,00
Exportação de Mercadoria	320	9 888 575 000,00	20 155 837 322,22	7 000 000,00	123 572 000 000,00
Stock da Dívida Externa	280	16 856 091 685,91	28 288 591 742,09	130 562 671,90	190 735 244 382,80
Esperança de vida à nascença	320	59	7	43	73
População Urbana	320	7 868 120	10 408 102	42 320,00	44 336 645,00
Electricidade ao domicílio (Tempo em dias para obtenção)	176	87	92	37	450

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do BM.

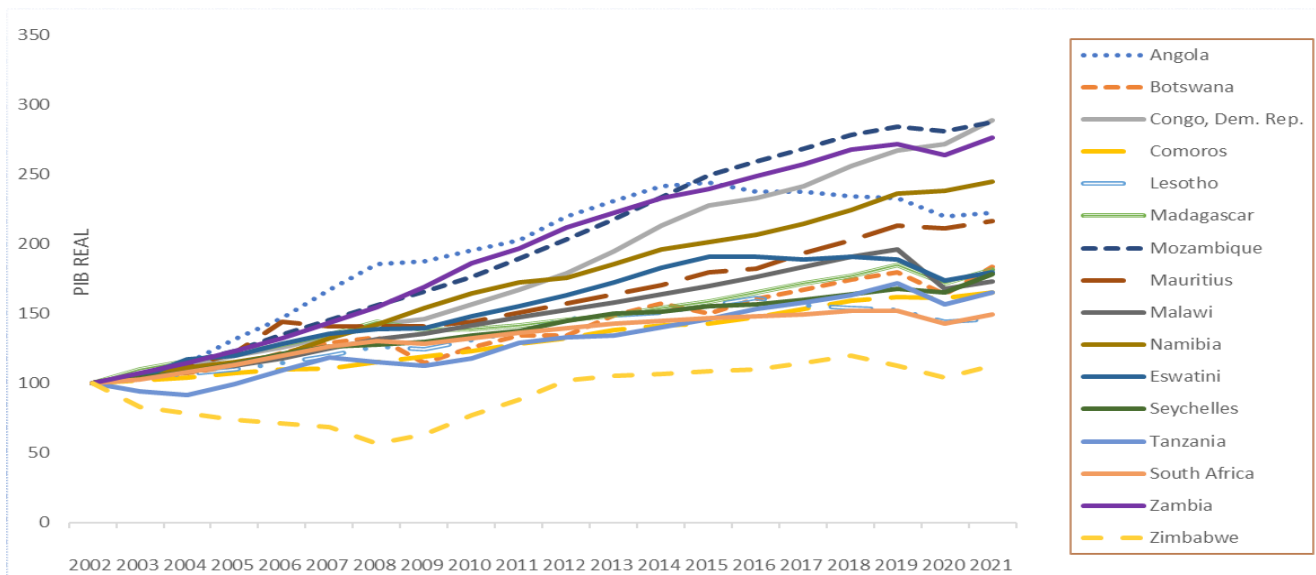
De acordo os dados, regista-se uma elevada desigualdade ($Cv=229,96\%$) do PIB dos Estados-membros, o que demonstra grande dificuldade de materialização de uma política comum destes Estados para dinamizar a região. Todavia, Angola e África do Sul podem tirar vantagens e aumentar as suas trocas comerciais com os demais membros.

Suponhamos ainda que em 2002 o PIB real dos Estados membros partissem nas mesmas condições, iguais (100), os dados indicaram desigualdade (Fig. 01). Todavia, a partir desta condição, foi notório quem em média os Estados membros registaram evolução positiva, todavia, desigual. Os dados também indicaram os Estados membros que mais evoluíram positivamente, Moçambique; República Democrática do Congo e Zâmbia. Por outro lado, os estados, Zimbabué, África do Sul, e Tanzânia, apresentaram-se como os que menos evoluíram durante este período.

Já Angola, embora tenha sido o Estado membro que mais cresceu (2005 – 2015), igualmente foi o estado que mais decresceu (2016 – 2021), face a sua forte concentração económica por commodity – petróleo (produto, cujo preço é altamente volátil).

Gráfico 1 – Análise do PIB real em índice

4 Angola (AGO), Botsuana (BWA), República Democrática do Congo (COD), Comoros (COM), Lesoto (LSO), Madagáscar (MDG), Moçambique (MOZ), Ilha Maurícia (MUS), Maláui (MWI), Namíbia (NAM), Eswatini (SWZ), Seychelles (SYC), Tanzânia (TZA), África do Sul (ZAF), Zâmbia (ZMB), Zimbabué (ZWE).



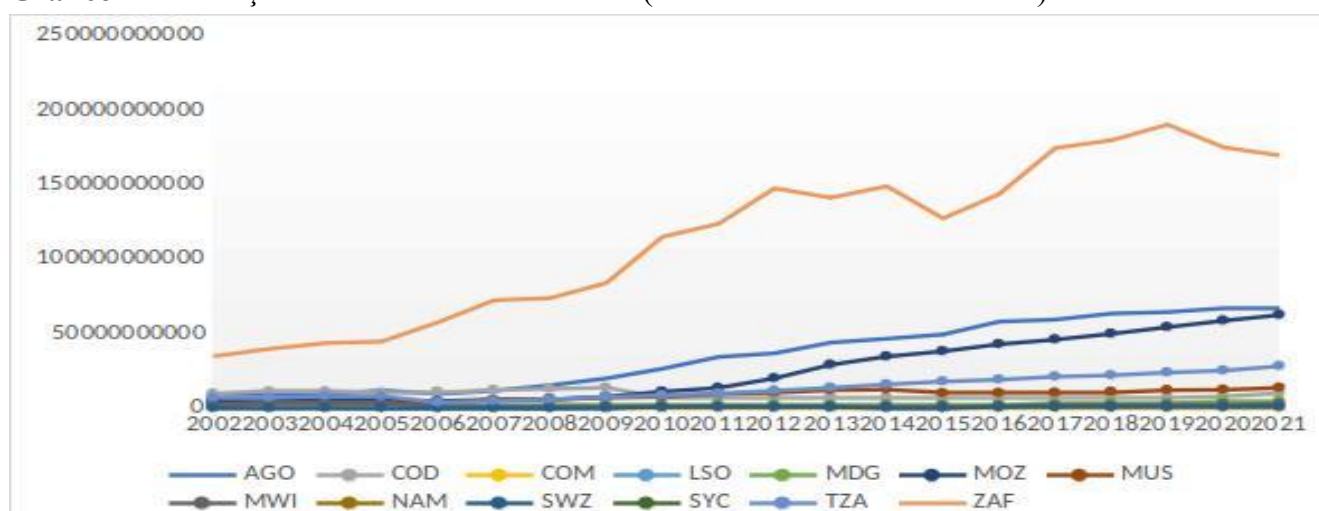
Fonte: Elaboração própria (dados BM).

Em relação ao PIB *per capita*, a região também se mostrou muito heterogênea ($Cv=134,14\%$), indicando uma elevada variabilidade da pobreza, com Estados que possuem uma renda em torno de Usd 14.000,00/hab. Entretanto, do outro lado, há Estados-membros cuja renda se situa em Usd 492,00/hab. No seu todo, a SADC mostrou-se como uma região de extrema pobreza (PIB *per capita* abaixo de 1.500,00 /hab.). Um caso chama a nossa atenção: Angola é a segunda maior economia (PIB), mas em termos de distribuição da sua renda *per capita* situa-se na sétima posição com um valor de Usd 1.954,00.

A região é bastante heterogênea em termos de exportação (volume total em mercadorias), indicando uma elevada desigualdade no ano de 2003, com um Coeficiente de Variação no valor de 225%, em que o Estado-membro que menos exportou foram as Comores, num total de dólares 7.000.000,00 (sete milhões). Todavia, no mesmo período, o maior volume exportado foi realizado pela África do Sul, num total de 36.482.000.000,00 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões), mostrando claramente a discrepância dos Estados em captar divisas.

O stock da dívida externa é também bastante heterogêneo, $Cv = 168\%$, sendo que os países que mais aumentaram⁵ o stock da dívida pública neste período foram África do Sul e Angola. Quanto a Angola, apresentou somente um único comportamento positivo (aumento) desde 2007 a 2021, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Evolução do stock da dívida externa (valor corrente na moeda dólar)



Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do BM.

5 Valor absoluto da dívida.

Comparado os Estados-membros da região da SADC em termos de esperança de vida à nascença, revelou-se que a região é homogénea ($C_v = 13\%$). Todavia, seria um dado satisfatório para região se a maior esperança de vida fosse igual ou superior a 80 anos. Os dados revelam que a maior esperança de vida foi de 74 anos (ilhas Maurícias), mas os demais Estados-membros não divergiram muito.

A população urbana da região da SADC é muito desigual ($C_v = 133\%$). Em 2021, a taxa média da população urbana foi de 43,5%, o que torna evidente que a sua população possui grandes dificuldades para o acesso a água potável, aos serviços de saneamento básico entre outros cuja capacidade de consumo é maioritariamente demandada por zonas urbanas.

O tempo (em dias) para a obtenção de electricidade ao domicílio é bastante heterogéneo ($C_v = 70\%$), o que revela a baixa capacidade da SADC em ser uma região industrializada; pese embora os dados indicarem uma tendência decrescente, o coeficiente de variação ainda é muito alto.

De forma geral, os dados, em função dos coeficientes de variação calculados, indicaram na sua maioria, um alto grau de desigualdade da região da SADC, o que compromete a materialização de uma política de inclusão. Uma maior dispersão (discrepância) entre os Estados-membros tende a tornar mais difícil a eficácia de meta comum, evidenciando cada vez mais uma “causalidade comutativa viciosa”.

6 Conclusão

Os desafios da comunidade económica regional da SADC são bastantes complexos e desafiadores, pese embora se consiga observar uma melhoria ao longo do período em análise. Porém, os números alcançados e as elevadas desigualdades entre os Estados-membros são extremamente insatisfatórios para inspirar melhorias significativas no bem-estar das suas populações, em parte influenciados por um conjunto de factores — político-militares, económicos e de fragilidade da democracia — que põem em causa os direitos e liberdades fundamentais do cidadão.

A região carece de maior pragmatismo e compromisso dos seus governantes, devendo incluir nas suas agendas programas mais eficientes e menos dispendiosos e mais abordagens de sustentabilidade ambiental.

A distribuição da renda deve ser uma maior preocupação, sobretudo para os países com grandes potenciais económicos, que fragilizam o processo de integração regional (consolidação do mercado comum), com o objectivo de elevar as trocas comerciais entre os Estados-membros. Ao longo deste período, o PIB *per capita* evidenciou um crescimento muito lento, alcançando um máximo de 3%; entretanto, ainda foi observado em alguns Estados-membros um recuo em 0,3%.

Diante dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, nos propusemos em apresentar a próxima pesquisa, assente na seguinte indagação⁶. Quais foram as vantagens ou/desvantagens dos Estados membros em manterem-se na Comunidade Económica Regional (SADC)? Ou ainda, como foi a trajectória de cada Estados membro durante os vinte anos (2002-2021)?

A criação de um banco local, para financiar projectos estruturantes desta região, torna-se cada vez mais necessária, a par do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA), devido à procura de crédito, assim como à complexidade das economias de cada região africana, que carece de um programa à medida das comunidades económicas regionais.

As reiteradas crises político-militares têm sido o aspecto mais grave, alterando as trajectórias das economias e a consolidação dos programas sociais, o que põe em questão a soberania das instituições e fragiliza as democracias.

Todavia os Estados-membros devem resgatar os objectivos plasmados na declaração e tratado de 2002, do qual consta “promover o crescimento e o desenvolvimento económico da África, defendendo a

6 Possa parecer uma pergunta um quanto grotesca ou tendenciosa da parte do pesquisador, porém, o único objectivo é discutir de forma plural e académica o papel da SADC enquanto comunidade económica regional na zona da África Austral.

inclusão e o aumento da cooperação e integração dos estados africanos”, a fim de serem incluídos nos PND de cada Estado-membro.

Referências

- ALLEN, Scott, e Michael, Storper (2003) “Regions, Globalization, Development, Regional Studies ”37:6-7, 549-578, DOI: 10.1080/0034340032000108697a ISSN:0034-3404. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0034340032000108697a>
- AREND, Silvio Cezar e Orłowski, Rosimari Fatima (2010). “O Desenvolvimento Regional da AMOSC a partir das Teorias da Base Exportadora e dos Polos de Crescimento. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2558>
- ASSIS, Caroline Chagas et al. (2022). “Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios”. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11193/1/bepitegracao_regional.pdf
- BDA — Banco de Desenvolvimento Africano (non date). Desempenho e Perspectivas Económicas em África.
- BENITEZ, Rogério Martin (2003). “Investimento público fixo, um elemento catalisador de desenvolvimento inerente a economia regional”. UFGRS -Universidade de Ciências económicas. Análise económica. ISSN 0102-9924.
- CORRÊA, José C. S. et al. (2019). Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional. Revista Brasileira de Gestão Desenvolvimento Regional. Vol.1, N.º 7, Edição Especial, pp. 3–15, Dez/2019.Taubaté, SP, Brasil. ISSN: 1809-239X.
- HAESBAERT, Rogério (2019). “conceitos fundamentais da geografia, Região”. GEOgraphia. Vol. 21, n.º 45, 2019: Jan./Abr. ISSN 15177793 (electrónico). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i45.a28995>
- HIRSCHMAN, Albert O. (1961). Estratégias do Desenvolvimento Económico. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A.
- KEYNS, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
- MARTIN, RON et al. (2016). “Como as regiões reagem às recessões: resiliência e o papel da estrutura económica” ISSN: 0034-3404 (Impresso) 1360-0591 (online) Página inicial da revista: <https://www.tandfonline.com/loi/cres20>.
- MYRDAL, Gunnar Karl (1960). Teorias Económicas e Regiões Subdesenvolvidas. 2.ª ed. Rio de Janeiro.
- REVISTAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1982). Dados. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Editora Campus. Vol. 25, n.º 1, 1982. ISSN:0011-5258.
- SADC
- (2014); Relatório Anual 2012–2013.
 - (2016); Relatório Anual 2014–2015.
 - (2020); Relatório Anual 2018-2019.
 - (2021); Plano Estratégico 2020–2030
- SANTOS, Milton (2008). “O lugar: Encontrando o Futuro”. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113/2230>
- SHAH e SHANKAR (2003). “Bridging the Economic Divide Within Countries: A Scorecard on the Performance of Regional Policies in Reducing Regional Income Disparities”. World Development Vol. 31, n.º 8, pp. 1421–1441, 2003. doi:10.1016/S0305750X(03)00098-6

